

O antigo e o novo

Percorridas as páginas que nos inspiraram as nossas andanças por Vila Verde, deve ser perceptível até que ponto não nos foi possível esquivar a questão da mudança, como ficou anunciado e assumido em introdução: urbanismo e arquitectura, agricultura e pastorícia, irrigação, festas e romarias, modo de vida... É a propósito de tudo que as pessoas que encontrámos, ao balcão de um café, a sair com a enxada ao ombro de um campo onde tinham acabado de abrir uns regos, ao ouvir o relato no carro estacionado perto do portão do cemitério enquanto as mulheres limpam as campas, falam todas de como tudo era antigamente (mas um antigamente que finda quando, exactamente?) e como tão diferente é hoje.

Contrabandistas culturais

"Isto mudou tanto! Havia tanta miséria! O senhor não pode saber..." Pois não, não posso saber, mas posso tentar imaginar um pouco, contemplando uma cena que poderia ilustrar perfeitamente um artigo de revista sobre o "atraso" patente no interior do país: num estreito caminho lamacento e escorregadio, uma velha senhora vestida de preto, cabeça coberta com um lenço, as costas protegidas da chuva miudinha por um saco de serapilheira, que leva as suas duas vacas de volta à corte. Não faltariam decerto hoje olhares urbanos dispostos a ver nisso alguma miséria e talvez encontrar também sinais da incapacidade crónica manifestada por algumas pessoas em ultrapassarem as dificuldades com que se deparam. Não posso também deixar de ser sensível à visível emoção da senhora, cujos três filhos tiveram todos que "ir para fora; ficaram todos bem, graças a Deus". Dois deles construíram as grandes vivendas bastante coloridas ao lado da antiga casa da família, cujo telhado irregular elas ocultam quase por inteiro: "São boas casas, com tudo

o que é preciso", rodeadas do relvado sumariamente ajardinado que permitem duas breves estadias na Páscoa e no Verão. Pensam aposentar-se aqui, mas os miúdos já têm as suas vidas mais definitivamente ancoradas em França. Mais uma vez, nada disto distinguirá Vila Verde do resto do Minho ou de qualquer outra região portuguesa fortemente marcada pela emigração no século XX.

Não cabe aqui avaliar nem ganhos ou perdas resultando de trinta anos de democracia, de integração na Europa e na economia-mundo, nem a maneira como os camponeses minhotos resistiram e adaptaram-se como têm aprendido a fazê-lo (Silva 1998). Mas um facto é inquestionável: há trinta anos, essa senhora não tinha direito de voto, e teria precisado da permissão do marido para ir visitar os seus filhos em "Bersalha, sabe, perto de Paris". Porque enquanto eu nunca visitei Versalhes e o seu famoso palácio, ela vai lá "em geral uma vez por ano", no Natal, numa viagem de avião oferecida pelos seus filhos, enquanto uma vizinha trata dos animais da quinta. Agora que o seu marido faleceu, falou-se na família da possibilidade de ela ir viver perto dos filhos, uma hipótese que recusou logo à partida, preferindo continuar a passar o ano na companhia das suas vacas. Porquê? "Porque gosto!"

Ela acabou no entanto por me deixar perceber que, ao mesmo tempo, quando está em França, apesar de não falar a língua, tem uma vida bastante independente dos filhos e das noras, que trabalham todos. Gosta de passear pelas ruas da cidade e de comprar de vez em quando um bolo numa certa pastelaria, "que bolos assim, aqui não há, não senhor!". E as subtilezas dos transportes suburbanos da capital parecem já não ter muitos segredos para ela. Na realidade, em resultado da crescente facilidade e dos preços mais baixos das viagens aéreas, tornou-se fácil encontrar no Norte de Portugal semelhantes contrabandistas culturais: de manhã a guiar um táxi nos

engarraamentos parisienses e à tardinha a podar a vinha nas traseiras da quinta; um dia a levar as vacas a pastar, no dia seguinte a autorizar-se a pequena loucura de um bolo sofisticado na sua pastelaria favorita em Versalhes. É evidente que nem todos os emigrantes instalados noutros países europeus, de longe, se podem oferecer um fim-de-semana em casa só porque a saudade aperta, mas mesmo sem falar em casos tão extremos, que no entanto existem, é inevitável reconhecer que tais movimentações tornaram-se mais comuns, acompanhadas de um considerável fluxo de valores, de atitudes e de objectos que não só bolos. Mas mesmo se os pastéis de nata estão a ser descobertos pelos franceses (que estão no entanto convencidos de terem inventado a "crème brûlée", isto é, o leite-creme), é um fluxo em sentido quase único, que dificilmente se poderia qualificar de intercâmbio, como é normal entre universos ligados por relações de poder desiguais. Enquanto durar, com a actividade das primeiras gerações de emigrantes, fará parte dos vectores das mudanças culturais que afectam o Minho.

Em todo o caso, é um tipo de mudanças acerca das quais as queixas abertamente expressas são poucas (com a excepção de uma ocasional referência à moral sexual), mesmo da parte de quem gosta de barafustar contra alguns dos "escândalos" da actualidade no bem conhecido registo "No tempo do Dr. Oliveira Salazar é que..." ou na sua versão mais popular (ou mais crítica) que dispensa a referência ao título académico e se fica pelo último nome. Ora, aqui temos um antigamente claramente identificado e datado e, além disso, relativamente ao qual não há grandes dificuldades em designar certas mudanças objectivas: democratização, alargamento da cidadania, novo estatuto social das mulheres... Mais uma vez, não se trata aqui de avaliar o grau de implementação ou o sucesso de alguns dos projectos revolucionários, nem de determinar se o 25 de Abril simplesmente não acelerou e, talvez, radicalizou evoluções sócio-culturais que já estavam alinhavadas e que o contexto já tinha tornado inevitáveis. Mas é um facto que é nele que

o imaginário português situa o momento da passagem entre o antigo e o novo, o paradoxo sendo que lhe são raramente associadas as evoluções com implicações mais imediatamente palpáveis no quotidiano: ter a "água da companhia" e a electricidade, ser dono de uma máquina de lavar a roupa e de um carro utilizável em estradas em condições, dispor de um centro de saúde e (deixando de lado a questão do início do ano lectivo...) de uma escola razoáveis... De tanto fazerem parte do dia a dia, já parecem ser coisas "naturais" e é com uma facilidade espantosa que conseguem fazer esquecer quão próximos, e não antediluvianos, eram os tempos sem televisão nem telemóvel. Na verdade, é em boa parte a partir de recentes inovações deste tipo que se estão a produzir algumas das mudanças em relação às quais a larga maioria das pessoas expressa opiniões fatalistas ("Já ninguém faz isto...", "Isso era no antigamente..."), mas que, ao mesmo tempo, mais suscitam discursos patrimonializadores. Francamente, ao contemplar a "cozinha típica" do ecomuseu de Aboim da Nóbrega (mas, diga-se de passagem, porquê "eco-"), quem acredita estar perante mais do que uma reinterpretação enfeitada de uma realidade que era muito menos atraente? E quem fica a pensar que muita gente morre de vontade de voltar a viver o dia a dia em semelhantes condições? Embora, verdade seja dita, os verdadeiros apreciadores de bacalhau, qualquer que seja a sua cor política e entre os quais se inclui o autor destas linhas, não possam deixar de evocar com alguma emoção e inveja retrospectiva um tempo em que o seu petisco favorito era abundante e barato ao ponto de ser considerado comida de pobres.

Papas e pizzas

Falemos então um pouco de comida. O milho, que foi tão importante durante alguns séculos, é hoje consumido muito menos como broa do que como decoração de pizzas encomendadas por telefone e, sobretudo, na forma de pipocas ingurgitadas por baldes inteiros aquando de uma ida

ao cinema em Braga (o facto de o recipiente ser, de facto, chamado "balde" poderá levar espíritos sarcásticos a tecer comentários depreciativos). É verdade que, como no resto do país, a alimentação quotidiana integra cada vez mais alimentos de elaboração industrial, em geral caracterizados por um teor excessivo em gorduras e sal ou açúcares: numa região que aparece quase como um deserto queijeiro quando comparada com numerosas outras regiões europeias, foi impressionante a rapidez com a qual os lacticínios industriais seduziram os mais jovens. No entanto a sopa caseira continua a ter um lugar de relevo numa refeição cuja estrutura global, tão desconcertante para muitos estrangeiros, não parece mudar: um prato único, acompanhado de arroz e batata, e eventualmente ainda de castanhas no Outono, com uma presença diminuta de verduras frescas na forma de saladas. Além disso, apesar de uma vida quotidiana cada vez mais dispersa entre tempos e espaços diversos, a prática das refeições principais tomadas em família continua hegemónica, embora agora na maior parte dos casos com a presença perturbadora da televisão.

A diferença principal encontrar-se-á talvez mais nas ocasiões festivas, com uma predilecção crescente por alimentos antes desconhecidos pela maior parte das famílias, como os mariscos diversos, ou com a generalização do cabrito assado, um prato outrora sobretudo consumido na Páscoa. As festas importantes são obviamente celebradas em casa, mas o fim-de-semana passou para muitas famílias a ser motivo de almoço no restaurante. Apesar de ainda terem um nível de vida abaixo da média da União, os Portugueses são dos Europeus que mais refeições tomam fora de casa: hoje em dia, é provavelmente mais frequente as receitas mais emblemáticas da culinária nortenha, as papas de sarrabulho e os rojões, o arroz de cabidela, as maneiras mais sofisticadas de preparar o frango pica-no-chão, e mesmo o caldo verde, serem apreciadas num restaurante do que em casa. Aliás, quem é que ainda pode criar e matar um porco no espaço doméstico?... Qualquer

minhoto que come num restaurante lisboeta fica com a impressão de uma refeição que sabe a muito pouco, e era interessante determinar onde exactamente se faz a passagem entre pratos menos e mais cheios: como é sabido, no Norte do país as doses servidas primam pela abundância, um traço regional ao qual os restaurantes vilaverdenses não escapam, outro motivo de espanto para os turistas estrangeiros desprevenidos que encomendam um prato por pessoa. É outra área de actividade unanimemente reconhecida como patrimonial, para a qual não teria muito sentido propor um roteiro a um visitante que poderá explorar em função das suas preferências ou da sua curiosidade as várias casas recenseadas nos roteiros do Posto de Turismo.

O artesanato, entre a casa e o mercado mundial

O mesmo vale para a descoberta de alguns produtos artesanais cujos fabricantes são os últimos representantes de actividades quase desaparecidas ou os criadores de novos objectos ainda em busca de um mercado. É outra esfera de actividade que cristaliza com grande facilidade discursos saudosistas, centrados ao mesmo tempo na "qualidade" dos objectos antigos e nas relações sociais a eles supostamente ligadas. Mas é óbvio para qualquer observador exterior que semelhantes atitudes têm dificuldades em redinamizar a fabricação e o uso dos objectos que pretendem valorizar e promover, precisamente porque persistem em não tomar em consideração as novas condições sociais e económicas. Certas produções artesanais, como a olaria, sempre corresponderam a verdadeiras profissões: eram asseguradas por especialistas, em razão do seu alto grau de tecnicidade e da mobilização de importantes meios materiais. Por outro lado, outras aproveitavam algum tempo livre deixado nas margens das actividades económicas principais da casa. Era nomeadamente o caso da constituição do enxoval e das suas muitas vezes espectaculares peças de linho bordado. Mas, num contexto global em que a economia de serviços

adquire uma importância fulcral, a autoprodução doméstica de objectos utilitários ou decorativos encontra-se muito pouco valorizada e substituída pela vontade de adquirir bens manufacturados, de momento vistos como mais prestigiantes porque sendo sinais exteriores de um maior poder de compra e de ascensão social. Uma parte da produção artesanal era também eventualmente vendida no âmbito de uma pequena rede de comercialização, na vizinhança ou no mercado, constituindo assim uma fonte de rendimentos complementares.

O visitante muito atento do concelho de Vila Verde conseguirá ainda encontrar algumas situações deste último tipo: uma senhora que fabrica vassouras de giesta, outra que propõe os seus cestos... São no entanto exemplos que parecem hoje condenados a serem residuais, ligados a objectos oriundos da antiga vida camponesa mas que são agora apreciados mais por razões sentimentais ou estéticas do que em função da sua utilidade prática. Quando a cestaria evolui no sentido da sua especialização e profissionalização, tornam-se notórias a sua produção preferencial de artigos mais finos e de brinquedos, e as suas tentativas de criações mais variadas em matéria de mobília. O artesanato hesita portanto entre permanecer no uso quotidiano e passar a ser unicamente uma lembrança turística. Esta última noção tem que ser tomada aqui num sentido muito lato: os vilaverdenses podem ser eles próprios clientes de um artesanato que lhes permite ter em casa um suporte ajudando a manifestar uma certa presença contínua do passado no presente, a reactivar a memória das suas raízes. Tal como acontece com os arados, as rodas em madeira, as pedras de mó convertidas em mesas que salpicam os jardins das vivendas recentes, eventualmente na vizinhança de estátuas manufacturadas pseudo-clássicas ou de anões de plástico, numerosas são as casas em que podemos reparar numa canga por cima da lareira, num lenço de namorado emoldurado na parede da sala, num cântaro tornado balde para guardas-chuva, em brinquedos de madeira que reproduzem miniaturas de cenas da vida passada, o carro de bois em madeira sendo

um favorito. O Sr. Joaquim Fernandes, fabricante de jugos instalado no lugar de Ameixoeiras, na freguesia de Gondomar, explica por exemplo que recebe ainda algumas encomendas de cangas destinadas ao trabalho dos bois, mas que quase toda a sua produção é vendida para servir de decoração.

É certo que com a profissionalização do artesanato e a sua entrada assumida no mercado, a sua função social já mudou inteiramente. Os seus produtores e consumidores já não são os mesmos e, em consequência, as suas matérias, técnicas e temáticas também estão a atravessar uma fase de grande indecisão. Todas as produções têxteis (tecelagem, rendas e bordados de vários tipos) constituem um domínio no qual são particularmente visíveis as hesitações, as experimentações mais ou menos felizes ou, pelo contrário, as crispações estilísticas nem sempre bem conseguidas: põem em evidência a contradição entre a repetitividade e a busca de rentabilidade inerentes ao sistema económico contemporâneo e, por outro lado, as condições necessárias à libertação de uma inventividade e de uma virtuosidade individuais que permitam ultrapassar a mera reprodução preguiçosa de modelos antigos. Tem aliás de se notar que, neste momento, as actividades de tecelagem em trapos e das rendeiras parecem menos sujeitas a semelhantes hesitações: tendo conservado um certo valor de uso no quotidiano, os seus produtos são menos sensíveis à necessidade de atrair a clientela através de uma submissão a modas ou da procura de novas ideias (o que é também o caso da fabricação de pequenos instrumentos de metal). É, pelo contrário, expressão desta tendência a multiplicação dos brinquedos, das miniaturas de casas rurais, dos presépios, das figuras de louça decorativas ou humorísticas, e também as propostas inovadoras de serviços de confecção de decorações florais.

Quanto aos lenços de namorados, de que já se falou, são o exemplo máximo das tentativas de

adaptação a novas realidades. Outrora peças únicas cuja realização era motivada por um sentimento suposto também ele permanecer único, os lenços tinham para sobreviver que se adaptar aos novos valores e comportamentos amorosos. Agora sobretudo apreciados enquanto peças decorativas, ainda são ocasionalmente utilizados no namoro, o que pode suscitar situações de total e surpreendente inversão: embora pouco comuns, há casos de rapazes que oferecem um lenço à namorada. "Eu sabia que ela gostava de bordados, então, não sei, pareceu-me uma boa ideia..." disse-me um deles, espectador da passagem de modelos inspirados nos lenços organizada por altura do dia de S. Valentim 2004. O seu visível embaraço perante os comentários do grupo dos seus amigos só foi aliviado quando a sua amada declarou, peremptória, "Eu achei fantástico!", antes de recompensar o seu atrevimento com um beijo bem capaz de ter levado os outros rapazes a reavaliarem as suas certezas. As vias da mudança cultural são impenetráveis... Actores empenhados nesta mudança são as instituições (Câmara Municipal, associações de produtores, pequenas empresas comerciais) que estão neste momento a desenvolver um importante trabalho de valorização e divulgação da actual produção artesanal vilaverdense, tentando afirmar o seu enraizamento local e a sua importância em termos de oferta de mão de obra, principalmente feminina. Apesar de sucessos recentemente alcançados, como a certificação dos lenços, ainda é cedo para considerar que a aposta foi ganha: como em qualquer empreendimento comercial, é o mercado que ditará a sua lei. Ora é sabido que nos dias de hoje jogadores invisíveis, operando em territórios longínquos, podem baralhar a partida, nomeadamente aproveitando noutras paragens condições sociais mais próximas da escravatura do que de um trabalho devidamente assalariado. Não há dúvida que o artesanato vilaverdense tem que ter consciência das incertezas com que se defronta. O que já é certo, no entanto, é que as preferências claras, os modelos bem definidos, ou até normativos, do passado estão a dar lugar a gostos flutuantes e a justaposições fluidas que podem resultar em produções ora estimulantes, ora

desconcertantes.

A roupa nova de Santo António

A mais recente dessas adaptações materializou-se em 2004 na forma de pequenas estátuas de Santo António decoradas com versos e motivos tradicionais dos lenços de namorados (ver fotografias). O sucesso comercial obtido por este objecto nos últimos tempos em Vila Verde permite tecer aqui algumas observações que dizem respeito a um outro domínio da cultura que se tornou habitual avaliar em termos de mudança. Todos os estudos vão no sentido de indicar um decréscimo da prática religiosa. Tem que se dizer primeiro que qualquer pessoa que repara nas filas de fiéis nas bermas das estradas minhotas na hora da saída da missa só pode considerar que, se houve talvez decréscimo, a situação não tem comparação possível com o que se vê em muitas outras partes da Europa (o caso de quase todas as regiões francesas é particularmente ilustrativo). Mas uma coisa é a prática religiosa regular, facilmente quantificada através da observação da participação nas liturgias: estando representadas em Vila Verde, as novas Igrejas que contestam o domínio da religião católica não têm a visibilidade que começaram a adquirir no universo urbano da vizinha Braga. Outra coisa é a religiosidade, um sentimento muito mais privado e discreto, mais palpável na participação nos grandes momentos do calendário religioso (o Natal e a Páscoa são evidentemente os primeiros), na importância incontestável continuamente atribuída aos rituais da Igreja para dar o devido relevo aos acontecimentos marcantes da vida individual e, também, na força da devoção individual aos santos, figuras da mediação com o divino. Nada disto parece ter minimamente enfraquecido nos últimos tempos. É assim que Santo António, que é bem capaz de ser o primeiro surpreendido, pode receber uma espampanante roupa nova. Concebida por um improvável estilista, é um sinal desta permanente religiosidade, combinada

aqui com um confuso sentimento de necessária manifestação de apego à cultura local.

As formas tomadas pela romarias e as festas são reveladores das mesmas ideias. Mesmo considerando que as romarias são feitas tanto de sagrado como de profano, é incontestável a sua motivação primeira e o seu significado principal continuarem a ser religiosos. E a vivacidade que ostentam não deixa margem de dúvida quanto à sua continuidade no futuro. Mas não se pode deixar de reparar na importância crescente atribuída nas festas a diversas modalidades de evocação da antiga vida rural: reconstituição mais ou menos fidedigna de actividades agrícolas (entre as quais são favoritas a desfolhada e a malhada do milho, e a espadelada e fiada do linho), espectáculos de cantares e danças, jogo do cântaro à cabeça, corridas de cavalo... Tais iniciativas são com alguma frequência descritas, nomeadamente pelos antropólogos, como pálidas e desajeitadas reproduções que se esforçam para fazer esquecer a sua natureza de pastiche. É no entanto inquestionável o facto de motivarem o interesse entusiástico de multidões, e de assim encontrarem os agentes e as dinâmicas não, é claro, da sua reprodução idêntica, mas sim de uma transformação que lhes dá novas formas de vida. Pensou-se durante muitos anos que, por exemplo, as danças tradicionais iriam ficar restringidas às actuações dos membros trajados dos grupos folclóricos, mas suscitam neste momento um interesse renovado por parte de um público que adopta cada vez mais o papel de participante. E ninguém se teria atrevido até há pouco tempo a prever que os decibéis dos conjuntos sonorizados poderiam deixar um espacinho suficiente para o regresso de numerosas concertinas tocadas por amadores. Quanto às novas festividades, como a recém-criada Festa das colheitas, que parece suscitar um real interesse na população, elas são mais uma oportunidade para divulgar produtos locais e lhes proporcionar oportunidades de encontrarem as condições da sua sobrevivência, sejam elas galinhos e frangos, frutos, hortaliças e produções específicas do Outono, como as sempre importantes castanhas.

"Património", uma armadilha inevitável?

Confrontado com uma situação muito mais periclitante encontra-se, pelo contrário, o património que não se consegue livrar da sua estreita ligação ao contexto social das antigas actividades económicas, o que é o caso de todas as estruturas relacionadas com o uso da água. Como mostrou o capítulo dedicado à paisagem, o regadio, por exemplo, é omnipresente em Vila Verde, mas difícil de mostrar. Pode-se dizer que ele é a paisagem, na medida em que, sem ele, a paisagem seria completamente diferente. Mas permanece ao mesmo tempo praticamente invisível. Levadas de terra, discretas entradas de minas, poças escondidas debaixo de uma vinha, presas em lugares remotos...: muitas vezes é até difícil ou impossível simplesmente fotografá-las de uma forma satisfatória. Sendo tão complicada a sua exibição, torna-se ainda mais importante permitir pelo menos a sua boa compreensão. Como foi exposto mais acima, cada elemento do regadio só faz sentido no seu ambiente técnico (os outros elementos, o sítio, a época de uso...), e social (direitos, propriedade, etc.). Para apresentar este conjunto complexo a um visitante, é fundamental não separar os objectos do seu contexto, nem desfigurá-los. É no entanto o que acontece com alguma frequência com as iniciativas de conservação do património hidráulico.

Desviada do seu curso natural, a água não serve só para a rega. Durante muito tempo, utilizou-se a sua energia para a moagem do grão, que se fazia ao longo do ano conforme as necessidades. Também eram movimentados por este meio as mós dos lagares de azeite, os pisões para o tratamento da lã, os engenhos do linho e as serrações. Os moinhos podiam ser particulares ou de consortes, cada família tendo as suas horas, ou os seus dias. Em muitos casos, existiam moinhos para o Inverno, sobre uma pequena linha de água próxima da casa, e moinhos para o Verão,

situados num rio de maior caudal. Fascinante máquinas de madeira e de pedra protegidas por pequenos edifícios rústicos, muitas vezes constituindo conjuntos instalados em sítios preservados, os moinhos são a parte mais visível do património hidráulico. São eles que motivam as mais numerosas iniciativas de patrimonialização, aqui como no resto do país, intervenções bem intencionadas mas cujos resultados nem sempre são os melhores, por exemplo quando um moinho de roda horizontal é reconstruído com um eixo tão comprido que, em condições reais, partir-se-ia logo, ou quando o cubo de uma azenha só traz a água a meio da altura da roda. Mas mesmo com uma recuperação cuidada, fica muitas vezes uma sensação de inacabamento e de incompletude: como não se pode patrimonializar as pessoas e as suas vidas, desapareceu a complexidade do sistema sócio-técnico, que algumas demonstrações dominicais não chegam a restituir, e também toda a sociabilidade que se desenvolvia enquanto se esperava ao lado da máquina. A preservação pode portanto resultar numa fossilização, e o património tornar-se uma enganadora armadilha.

Mas basta muitas vezes o visitante parar o carro num sítio onde reparou na existência de azenhas para poder ter a oportunidade de encontrar alguns moleiros (como em Gondomar). São em geral pessoas idosas, mas encontramos alguns jovens interessados na prática, "por gosto". Algumas palavras trocadas enquanto gira a mó serão tão informativas como qualquer painel museológico. É no entanto evidente que se trata de uma realidade em desaparecimento. Se acharmos necessário transmitir às futuras gerações alguma ideia acerca do seu funcionamento e da sua antiga relevância, a preservação física de exemplos de máquinas é sem dúvida indispensável. Acontece que já foi feita em numerosas localidades do país, o que permite duvidar da necessidade de repetir a operação e os seus custos, elevados não só no momento da sua realização como também ao longo da futura manutenção. É que talvez mais importante será permitir ao visitante seguir a

lógica e, portanto, o caminho da água. Menos dispendiosa, a realização de um itinerário pedonal num local judiciosamente escolhido pode proporcionar esta descoberta, para a qual é necessário apontar o dedo para cada elemento no terreno: só assim pode o olhar curioso ter a noção do gigantesco puzzle da hidráulica tradicional.

O interesse de semelhante descoberta vai muito além da simples satisfação da curiosidade turística. É que um sistema de rega que funciona mal pode ser perigoso. Acontece que estão a ser aos poucos abandonados canais cujo estado e funcionamento real já ninguém conhece, situação que pode ter consequências desastrosas. Já houve noutras regiões do país, de relevo mais acentuado, casos de mortes causadas por deslizamentos resultando do mau funcionamento de redes de rega e de escoamento de água. Mas em geral, não basta cortar uma levada para ficar livre de perigo: ela pode ser necessária para a evacuação da água que na sua ausência se vai concentrar noutra parte da encosta. É que uma rede funciona como um conjunto que deve ser cuidadosamente estudado antes de ser modificado. É portanto uma herança da qual não é possível livrar-se facilmente, pois ela contém a memória longa dos sítios por onde a água já passou e quer voltar a passar. Além disto, o uso invernal da água de lima constitui uma forma eficiente, embora involuntária, de diminuir em muito o caudal das cheias e também de facilitar a infiltração de água e, logo, de melhorar o abastecimento das reservas subterrâneas. Quais serão as consequências do abandono dessa prática em termos de comportamento dos rios, à beira dos quais constrói-se cada sempre mais, e dos aquíferos, cada vez mais solicitados pelos furos destinados a produzir a água exigida para satisfazer uma série de novos usos da água, da lavagem dos carros ao enchimento das piscinas?

Renovar o património?

É preciso termos sempre consciência do facto que é o nosso olhar, ancorado no presente, que determina os valores que situamos no passado. E mais ainda do que ter esta ideia, é preciso torná-la perceptível aos "consumidores" do património e a quem detém a capacidade, política e financeira, de intervir nele. Se, pelo contrário, se promover a noção de que o património encontra a sua força numa espécie de valor intemporal, numa essência eterna e intangível, o risco da fossilização das suas formas tidas por mais exemplares, puras e emblemáticas, portanto da sua paradoxal morte, torna-se inevitável.

Não será possível, no lugar do automático reflexo de conservação, do sempiterno restauro, cujos constrangimentos e limites já conhecemos, começarmos a reflectir acerca de novas modalidades de relacionamento com o que designamos de património? Em vez de sempre tentarmos fazer dos objectos patrimoniais os suportes passivos de um espectáculo nem sempre muito realista (foi de propósito que se usou acima a palavra "consumidores"), não será preferível considerar que podem ter um papel de intervenientes activos nas nossas vidas? A degradação de uma rede de rega e de um conjunto de azenhas pode motivar lamentações saudosistas. Pode igualmente suscitar tomada de consciência e acção, incentivando não só a contemplação, mas também uma análise dos problemas relacionados com a situação em causa e a procura de soluções inovadoras e viáveis.

Igualmente importante, também, parece ser a tomada de consciência de que realidades mais diversas do que é em geral admitido são constitutivas do património o que, ao fim e ao cabo, é uma maneira de diluir a importância, hoje inquestionada e bastante paralisante, desta noção. Um só exemplo: em Ponte São Vicente, mesmo ao lado da ponte sobre o rio Cávado, encontra-se uma velha casa de cor avermelhada. Ao ler estas linhas, o seu dono ficará provavelmente espantado ao aprender que aquela construção faz parte do "meu" património vilaverdense. A aparência geral da

casa, a sua "história de vida" (que desconheço por inteiro e só posso imaginar), a presença do rio, as portadas de madeira pintada, a luz oblíqua realçando as irregularidades da fachada, a pequena bandeira publicitária de uma marca de gelados... O seja, muito menos um património espectacular e bem identificável do que uma impressão, um ambiente elusivo tal como pode ser sentido pelo aluno que chuta nas folhas caídas quando volta da escola ao entardecer, pelo ciclista atacando cedo uma encosta íngreme numa manhã de Verão, pela feirante que toma um galão para fugir uns minutos à chuva fria e que troca umas palavras com a funcionária da Câmara na hora do cafézinho... Vivemos todos instantes, roubados à pressa do quotidiano, que nos deixam ter a certeza de que estamos a sentir o que outros já sentiram, e que outros hão de vir que também o sentirão. Então, patrimonializar ambientes? Claro que não. O dono de uma modesta casa deve ter o direito de renovar a sua fachada, mesmo se tal apaga as irregularidades que seduziram o olhar de um docente universitário de passagem. Uma câmara municipal deve poder abrir uma estrada mesmo se isso destrói uma rede de levadas e de regos. Mas, entre o crescimento desenfreado e a preservação frenética -- e ilusória -- do passado, é importante encontrar melhores maneiras de articular o antigo com o novo. Não se trata meramente incentivar o interesse nostálgico manifestado pelos habitantes de um concelho relativamente à sua vida passada, mas sim de encontrar nela suportes e instrumentos para o melhoramento concreto da sua vida actual.

São palavras hoje tão consensuais que podem parecer inócuas e desprovidas de consequências, adequadas a qualquer discurso eleitoral. Falta no entanto em geral dar-lhes uma dimensão prática. As soluções não são fáceis de encontrar e, sobretudo, não podem ser sistematizadas, cada situação exigindo uma reflexão renovada. Em Outubro de 2003 teve lugar a jornada Património Etnográfico e Desenvolvimento Local, que trouxe a Vila Verde cerca de 130 participantes oriundos de todo o país. Um tal acontecimento tinha também que ficar registado numa etnografia

do presente de um Concelho e dos esforços que faz no sentido de alinhar o seu futuro.

Jean-Yves Durand